

ESTADO DE GOIAS
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Nº 26/2025

PREGÃO ELETRÔNICO:26/2025

A(O) FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE, com sede PRACA CIVICA, número 263, SETOR ANHANGUERA, CEP 76.540-000, telefone 6233826278, na cidade de MUTUNÓPOLIS - GO, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 11.470.270/0001-82, neste ato representado(a) por, MARIANA GOMES DE OLIVEIRA - Agente de Contratação, VIVIANE PATRICIA DA CUNHA SENA - Membro, MAYANA ALVES DE SOUZA - Membro, EDRIELLY CRISTINNY DA COSTA FEITOSA - Membro, nomeados pela(o) Decreto nº 365/2025 de 26 de agosto de 2025, considerando o julgamento da licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, para **REGISTRO DE PREÇOS nº 26/2025**, publicada em Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) em 6 de novembro de 2025, processo administrativo nº 9406/2025, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei 14.133/21, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o(a) ATA REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO TIPO CAMINHONETE CABINE DUPLA 4X4 AUTOMÁTICA A DIESEL ANO E MODELO NO MÍNIMO 2025/2026, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE ATRAVÉS DA EMENDA PARLAMENTAR Nº1209.7 DE 2025 PROCESSO Nº202500005012730., conforme especificado(s) no(s) no Termo de Referência, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O valor total da Ata é de R\$ 252.300,00;

2.2. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

ARP 26/2025 - Sequência: 1

SUDOESTE MOTORS LTDA

CPF/CNPJ: 45.386.630/0001-84

ENDEREÇO: AV. PRESIDENTE VARGAS, 0, QUADRA 0039 LOTE 01 A 13 ANEXO - VILA MARIA, RIO VERDE - GO

FONE: 6232817443

EMAIL: licitacao@sudoestemit.com.br

REPRESENTANTE LEGAL:

NOME: RICARDO BISINOTO

CPF: 989.094.951-20

LOTE/ ITEM	UND	QTDE	ESPECIFICAÇÃO	MARCA/ MODELO	PREÇO UNIT	PREÇO TOTAL
1/1	UN	1,00	VEÍCULO TIPO CAMINHONETE CABINE DUPLA 4X4 DIESEL (ANO/MODELO MÍNIMO 2025/2026) Descrição técnica mínima: Veículo novo, zero quilômetro, ano e modelo mínimo 2025/2026, tipo caminhonete (pick-up) cabine dupla, tração 4x4 com reduzida, motor diesel turboalimentado, completo de fábrica, conforme especificações mínimas abaixo: 1. Tipo: caminhonete pick-up cabine dupla, 4 portas, capacidade mínima para 5 (cinco) ocupantes, zero quilômetro, de primeiro emplacamento. 2. Motorização: motor diesel turboalimentado, com potência mínima de 180 cv e torque mínimo de 40 kgfm, dotado de sistema de injeção eletrônica direta de combustível. o Justifica-se tal exigência pelo necessário desempenho para trafegar em estradas vicinais, áreas rurais e em condições severas, garantindo torque suficiente para transporte de cargas e segurança operacional. 3. Tração: 4x4 (tração integral nas quatro rodas) com reduzida, acionamento manual ou eletrônico, conforme projeto do fabricante. 4. Transmissão: automática, com no mínimo 6 (seis) marchas à frente. 5. Direção: assistida hidráulica ou elétrica. 6. Freios: sistema com ABS e EBD (distribuição eletrônica de frenagem) ou tecnologia equivalente. 7. Suspensão: adequada ao transporte de carga e circulação em vias não pavimentadas. 8. Pneus aro 17: de uso misto (asfalto/terra), com estepe idêntico aos demais. 9. Capacidade de carga útil: compatível	MITSUBISHI	252.300,00	252.300,00

		com a categoria média de caminhonetes cabine dupla (mínimo de 950 kg, conforme ficha técnica do fabricante). 10. Tanque de combustível: capacidade mínima de 70 litros ou equivalente. 11. Equipamentos obrigatórios e de conforto: - o Ar-condicionado; - o Direção assistida; - o Vidros, travas e retrovisores elétricos; - o Sistema multimídia com conectividade Bluetooth e entrada USB; - o Câmera de ré e/ou sensores de estacionamento; - o Airbags frontais (mínimo); - o Controle de estabilidade e tração; - o Assistente de partida em rampa (quando disponível na versão). 12. Cor: branca sólida (padrão de fábrica). o Justificativa: a exigência de cor branca visa à padronização da frota institucional, facilitando a identificação visual, reduzindo custos de manutenção e repintura e melhorando a refletância térmica em regiões de clima quente, conforme o art. 5º, II, da Lei nº 14.133/2021. 13. Ano/modelo: mínimo 2025/2026, novo, sem uso, primeiro emplacamento. 14. Documentação: o veículo deverá ser entregue emplacado, licenciado e pronto para uso, acompanhado de: - o Nota fiscal eletrônica em nome do órgão contratante; - o Manual do proprietário e termo de garantia; - o 2 (duas) chaves originais; - o Certificado de garantia do fabricante. 15. Garantia mínima: 3 (três) anos de fábrica, sem limite de quilometragem, contra defeitos de fabricação. 16. Rede de assistência técnica: o fabricante deverá possuir rede de concessionárias e oficinas autorizadas no Estado de Goiás.			
TOTAL DO FORNECEDOR					252.300,00

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o(a) FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação ou desta contratação direta, conforme justificativa apresentada nos estudos técnicos preliminares.

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.8. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata

de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.6.

4.9. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.10. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme art. 107 da lei 14.133/21.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme a Lei 14.133/21.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado a Lei 14.133/21.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital ou no aviso de contratação direta e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação direta; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei 14.133/21.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO, REAJUSTE OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da Lei 14.133/21.

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei 14.133/21.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

6.1.3.3. Fica previsto reajuste de preço conforme Lei nº 14.133/2021 que estabelece reajuste só pode ser aplicado após um ano a partir da data limite de apresentação das propostas e deve utilizar índices oficiais que reflitam a variação dos custos dos insumos. Será considerado o índice será reajustado pelo IPCA anual para realização do reajuste.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto na Lei 14.133/21.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei 14.133/21, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto na Lei 14.133/21.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos na Lei 14.133/21.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado ou,

9.1.4. Sofrer sanção prevista na Lei nº Lei 14.133/21.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista na Lei 14.133/21, caso a a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos da Lei 14.133/21.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital ou no aviso de contratação direta.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital ou aviso de contratação direta.

11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada, lida e achada em ordem, e vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes.

MUTUNÓPOLIS - GO, em 12/12/2025

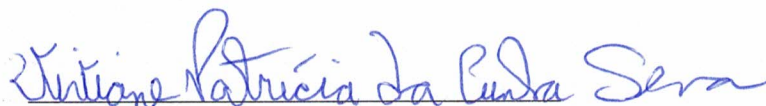
COMISSÃO



MARIANA GOMES DE OLIVEIRA

CPF: 704.489.441-03

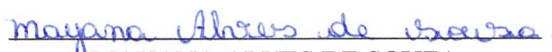
Agente de Contratação



VIVIANE PATRICIA DA CUNHA SENA

CPF: 939.427.611-49

Membro



MAYANA ALVES DE SOUZA

CPF: 711.671.151-12

Membro



EDRIELLY CRISTINNY DA COSTA FEITOSA

CPF: 024.404.671-97

Membro

GESTOR (A)

Nayara Izes Lima de Oliveira
NAYARA IZES LIMA DE OLIVEIRA
CPF: 021.877.571-70

EMPRESAS REGISTRADAS

Documento assinado digitalmente
gov.br RICARDO BISINOTO
Data: 16/12/2025 09:51:04-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

SUDOESTE MOTORS LTDA
RICARDO BISINOTO
REPRESENTANTE

Anexo

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que apresentaram proposta.

QUANTIDADE	MARCA	FORNECEDOR	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	POSIÇÃO
LOTE: 1 / ITEM 1 - VEÍCULO TIPO CAMINHONETE CABINE DUPLA 4X4 DIESEL - UN					
1,00	FIAT	INOVATTO VEICULOS LTDA CPF/CNPJ: 37.115.386/0001-97	293.068,00	293.068,00	10
1,00	FIAT	PRIMAVIA VEICULOS LTDA CPF/CNPJ: 71.145.668/0006-80	243.000,00	243.000,00	11
1,00	FIAT	AUTOESTE AUTOMOVEIS LTDA CPF/CNPJ: 00.369.925/0001-04	249.800,00	249.800,00	12
1,00	FIAT	CAMMINARE MAQUINAS E EMPREENDIMENTOS LTDA CPF/CNPJ: 35.741.144/0001-83	250.000,00	250.000,00	13

1,00	FIAT	DINAMICA VEICULOS E LOCAÇÃO LTDA CPF/CNPJ: 31.904.952/0001- 63	250.100,00	250.100,00	14
1,00	JAC	NGN DISTRIBUIDORA DE VEICULOS LTDA CPF/CNPJ: 11.453.341/0018- 87	237.500,00	237.500,00	15
1,00	FIAT	TECAR AUTOMÓVEIS E ASSISTÊNCIA TÉCNICA LTDA CPF/CNPJ: 37.832.037/0003- 58	252.500,00	252.500,00	2
1,00	MITSUBISHI	SIGMA MAQUINAS E REPRESENTACOES LTDA CPF/CNPJ: 26.991.097/0001- 35	259.000,00	259.000,00	3
1,00	GWM	NAVESA MERCANTIL DE VEICULOS LTDA. CPF/CNPJ: 10.953.767/0001- 99	260.000,00	260.000,00	4
1,00	GWM	BRANDAO VEICULOS LTDA CPF/CNPJ: 53.641.615/0001- 63	289.000,00	289.000,00	5
1,00	FIAT	TAUROS VEICULOS LTDA CPF/CNPJ: 61.653.005/0001- 08	293.000,00	293.000,00	6
1,00	NISSAN FRONTIER	REAVEL VEICULOS EIRELI CPF/CNPJ: 30.260.538/0001- 04	293.000,00	293.000,00	7
1,00	NOSSAN	B&F NEGOCIOS E EMPREENDEIMENTOS LTDA CPF/CNPJ: 26.166.156/0001- 30	293.000,00	293.000,00	8
1,00	FORD	VIA RAPIDA AUTO LTDA CPF/CNPJ: 58.428.170/0001- 51	293.000,00	293.000,00	9